

PÔNCIO PILATOS: O SIMULACRO

*Égide Guareschi**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

A afirmação “padeceu sob Pôncio Pilatos” presente no credo cristão e muitas vezes proferida de maneira automatizada pelos fiéis, aponta para algumas questões interessantes de serem pensadas como, por exemplo, quem foi Pilatos e qual “poder” ele exercia sobre Jesus, para que este tenha padecido em seu nome. Essa interrogação e tantas outras acerca da figura de Pôncio Pilatos incitaram o filósofo e escritor italiano Giorgio Agamben (1942) a dedicar-se integralmente ao tema por alguns meses. Como resultado dessas reflexões, nasceu o ensaio *Pilatos e Jesus*, escrito por Agamben em 2013 e traduzido para o português em 2014 por Patricia Peterle e Silvana de Gaspari, professoras pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste livro gravitam muitos paradoxos, ditos e não ditos acerca dos momentos que precederam a crucificação de Jesus e, em especial, sobre a falta de um julgamento aos moldes das “leis dos homens”. Ausência esta que faz com que os leitores desloquem a atenção para uma possibilidade de versão menos comum de um episódio tão conhecido, se comparada às variantes mais populares. Para tanto, o estudioso direciona o seu olhar até à região do Monte das Oliveiras e se aprofunda na história da crucificação de Cristo e nos diálogos que este teve com Pôncio Pilatos. Para tal empresa, Agamben utiliza-se do seu já conhecido estilo de pesquisa “arqueológico”, em que busca examinar os rastros do passado, a *archè*, a origem dos vocábulos e, a partir destes indícios, indagar sobre o ontem e o agora da história, dentro de uma linha de pensamento que dialoga com o legado herdado de escritores como Walter Benjamin e Michel Foucault. No caso deste livro, Agamben procura detalhes nos registros da linguagem, nos evangelhos consagrados e também, nos textos apócrifos.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

* Possui graduação em Letras Português e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (2007), graduação em Letras Língua e Literatura Italianas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009), especialização em PROEJA pelo IFSC (2011) e mestrado em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Atualmente é doutoranda do curso de Pós-Graduação em Literatura da UFSC e docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Desde 2011, participa do projeto Dicionário Bibliográfico da Literatura Italiana Traduzida no Brasil (1900-1950), o qual é desenvolvido por pesquisadores da UFSC/USP. E-mail: <egideguareschi@gmail.com>.

Pilatos, que fora prefeito da Judeia, entre os anos 26 e 36 d. C., é o “[...] único nome próprio, ao lado daqueles do ‘senhor Jesus Cristo’ e da ‘virgem Maria’, totalmente estranho – ao menos aparentemente – ao seu contexto teológico” (AGAMBEN, 2014, p. 21), que aparece no credo. Nome que foi acrescentado ao rito pelo Concílio de Constantinopla, no ano 381, não por acaso, conforme acredita Agamben. A assembleia preferiu o nome de Pilatos, ao invés do de Tibério (imperador de Roma à época), pois Pilatos, de acordo com o filósofo, possui maior importância nas narrativas dos quatro Evangelhos Canônicos. Tanto João, quanto Marcos, Lucas e Mateus expõem em seus livros todas as hesitações e os titubeios de Pilatos em relação à condenação de Cristo como, por exemplo, na seguinte passagem do Evangelho de Marcos: “[...] Mas Pilatos lhes disse: Que mal fez ele? E eles gritavam cada vez mais: Crucifica-o!/Então, Pilatos, querendo contentar a multidão, soltou-lhes Barrabás; e, após mandar açoitar a Jesus, entregou-o para ser crucificado” (Marcos, 15:14-15).

Durante toda a conversa travada com Jesus, Pilatos utiliza-se de muitos subterfúgios, como se fosse tentado ora pelo bem, ora pelo mal. Nessa esteira, sua esposa Procla figura como a imagem do bem, ela pede que Jesus não seja condenado, já os membros do sínédrio seriam a imagem do mal, aqueles que acusam Jesus de “pretensão messiânica à realeza” (AGAMBEN, 2014, p. 44), e é justamente a estes que Pilatos obedece. Tais passagens revelam aspectos de um caráter ambíguo, que oscila entre a dissimulação e a hesitação de Pilatos. Por vezes, em seu discurso, ele parece vacilar como se não quisesse para si a responsabilidade da crucificação de Cristo. Ideia que aparece em outras obras, como em *Médico de Homens e de Almas* (1958) da autora Taylor Caldwell, que trata da história de São Lucas e que em uma passagem revela: “Prisco escrevia a respeito de Pôncio Pilatos, o procurador. ‘É homem pacífico, mas vacilante, e prefere sua biblioteca e a companhia de sua esposa aos banquetes e à política’.” (CALDWELL, 19-- , p. 454).

Na época, Pilatos detinha o poder na Judeia. Ele não julga a “causa” em seus méritos e não prescreve uma sentença ao Rei dos Judeus, mas o entrega diretamente à crucificação, algo que também não condizia com as leis romanas. Pilatos deveria agir como juiz, mas não cumpre o seu papel e age como uma sombra, na tensão entre o fazer e o não fazer, institui-se um juízo sem juiz, Pilatos é um simulacro de juiz, investido de uma potência inquietante de pretextos para fugir do seu dever. Agamben neste ponto recupera a ideia de Dante Alighieri, o qual coloca Pilatos na ala dos ignavos, no livro do *Inferno*. Ou seja, de alguma maneira, a figura de Pilatos perpetuou-se como a imagem de um homem covarde, indolente e preguiçoso.

Apesar disso, mesmo com pouca recorrência, Agamben lembra em *Pilatos e Jesus*,

que há várias versões sobre este episódio e traz algumas passagens de evangelhos apócrifos, a exemplo do Evangelho de Gamaliel, em que Pilatos assume um aspecto mais amoroso e assim, ele e sua esposa são descritos como cristãos que amam a Jesus. Nesse sentido, vale lembrar que, as posturas paradoxais de Pilatos, apontadas por Agamben, são detalhes interessantes de serem observados e revelam características do método de leitura deste autor. Ou seja, ele costuma sugerir ao leitor, a análise dos diversos vieses de cada questão, nesse caso das ambiguidades de Pilatos, mais do que, necessariamente, afirmar algo.

Com relação ao “juízo”, que determina o destino de Jesus Cristo, este é considerado por Agamben como um processo ilusório, o qual nomina de “simulacro de processo” (AGAMBEN, 2014, p. 48), pois é um processo sem julgamento, um faz-de-conta, em que Jesus, que não é deste reino, é entregue por Pilatos (representante do reino terrestre), depois de muitas evasivas, e é crucificado. Cristo é condenado segundo as leis dos homens, sem passar por um julgamento com acusação, defesa, testemunhas e sentença, como ocorre costumeiramente. Pilatos considera-se competente para julgar o “reino que não é daqui”, no entanto Agamben mostra que o seu discurso é repleto de evasivas e, na realidade, não julga Jesus, mas entrega-o diretamente à crucificação. Com esta atitude, Pilatos profana os limites da sua jurisdição, aos moldes do que Agamben ensina sobre Profanação, pois exerce seu “poder” de decisão sobre aquele, cujo reino não é terreno e sobre a natureza do qual Pilatos tem dúvidas até o fim, porque internamente ele não tem certeza de qual mundo Cristo pertence.

Sobre isso, Agamben esclarece que: “[...] A questão do Reino de Jesus, mundano ou celeste que seja, continua suspensa até o fim. E é precisamente por isso que a argumentação final dos membros do sinédrio (‘Não temos outro rei senão César’) convence Pilatos a entregar Jesus” (AGAMBEN, 2014, p. 44). Mais uma vez a questão dos paradoxos vem à tona e, talvez, segundo Agamben, este seja o momento da história em que pela primeira e única vez foi possível colocar em diálogo os dois reinos, o terrestre e o divino, o eterno e o humano, que se cruzam e se eclipsam e, portanto, ofuscam-se, impedindo que Pilatos, por exemplo, tenha uma visão clara da situação e, assim, por aclamação ou por necessidade de aceitação pública, ele se rende ao sinédrio.

Esse episódio da tentativa do cruzamento dos planos e tempos, do divino e do mundano, já foi aspirado por muitos artistas universalmente, que pintaram cenas, análogas às do juízo final ou às de um julgamento em si, em suas telas ou na literatura, a exemplo de Dante Alighieri, no livro *A Divina Comédia*. Neste poema de cunho épico-teológico-político,

em especial no livro do *Inferno*, as personagens são julgadas e, de acordo com a natureza dos seus pecados, são enviadas a um dos nove círculos do inferno para que cumpram sua sentença. A imagem de um tribunal do júri também figura em um afresco muito conhecido do pintor renascentista italiano Michelangelo, *O Juízo Final* (1536-1541), que também foi inspirado em passagens bíblicas e dantescas e se encontra na Capela Sistina, no Vaticano.

Na literatura brasileira, pode-se citar Ariano Suassuna com sua peça *Auto da Compadecida* (1955). Em uma das cenas, alguns personagens se encontram no céu para o juízo final, ou o “julgamento de alguns canalhas, entre os quais um sacristão, um padre e um bispo, para exercício da moralidade” (SUASSUNA, 1993, p. 22). O tribunal conta com acusação e defesa (Jesus e o diabo) e intercessão de Nossa Senhora. De acordo com o júri, alguns personagens foram enviados ao purgatório, outros receberam o perdão e foram para o paraíso. Já o protagonista, João Grilo, consegue voltar a sua vida na terra. O episódio da crucificação de Cristo descrito em *Pilatos e Jesus* e a peça suassuniana se aproximam por diferenças e semelhanças. No *Auto*, diferentemente da condenação de Cristo, as personagens têm direito a um julgamento, por outro lado, as semelhanças estão no fato de que, nas duas cenas, o mundo terreno e o celestial se cruzam, ou seja, quando João Grilo “ressuscita” ele também adquire uma propriedade divina, concedida anteriormente apenas a Jesus Cristo.

Nessa perspectiva de reflexões, percebe-se que os estudos de Agamben buscam, magistralmente, os rastros e os indícios históricos e teológicos para elucidar as suas perguntas sobre a cena da crucificação de Jesus, contudo mostram, também, que ainda há muitos “não-ditos”, muitos silêncios em relação ao fato. Para compreender a ligação do silêncio e da linguagem, vale resgatar as considerações de Eni Orlandi em *As Formas do Silêncio*, em que ela expõe que:

O silêncio é assim a “respiração” (o “fôlego”) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 2007, p. 13).

Esta colocação aponta que também o silêncio é carregado de significação e de paradoxos e, no caso da crucificação, muitos detalhes ficaram em aberto, dando margem a inúmeras interpretações. São nesses vestígios possíveis que a leitura de Agamben se detém, o autor consegue iluminar um assunto encoberto pelas sombras do tempo e da história e, com isso, busca responder indagações atuais. O olhar de Agamben é o olhar descrito por ele mesmo como *contemporâneo*, que sabe ver nas trevas, perceber os escuros e resignificar questões ofuscadas que, aparentemente, estavam cristalizadas à crença cristã, como no caso

dos personagens Jesus e Pilatos investigados nesta obra. O seu pensamento ambivalente mostra que tudo tem dois lados, em especial, temas latentes e atravessados por questões teológicas, políticas e históricas, que guardam seus “tabus” e mistérios.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Pilatos e Jesus*. Trad. Patricia Peterle e Silvana de Gaspari. São Paulo: Boitempo; Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CALDWELL, Taylor. *Médico de homens e de almas*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, [19--].

MARCOS. Português. In: *Bíblia de Estudo Almeida*. Trad. João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. 26.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

[Recebido em outubro de 2015 e aceito para publicação em dezembro de 2015]

